



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**, com sede na Praça Angelo Mezzomo, s/n - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Frank Ariel Schiavini**, portador do CPF sob n.º 938.311.109-72 e RG sob n.º 5.767.644-2, ao fim assinado, doravante designado **CONTRATANTE** de um lado e, de outro a empresa **MAURO S. DA SILVA EIRELI ME**, com sede Rua Sete de Setembro, 110 - Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 22.500.598/0001-10, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **Mauro Sergio da Silva**, portador do CPF sob o n.º 021.480.849-17 e RG sob o n.º 6.907.774-9, ao fim assinado, doravante designada **CONTRATADA**, estando as partes sujeitas às normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e subseqüentes alterações, ajustam o presente Contrato em decorrência do edital de **Pregão Presencial nº 12/2016**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER 2016, A SER REALIZADO NO DIA 12 DE MARÇO DE 2016**, conforme especificações integrantes neste contrato.

LOTE	ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	1.000,0	UN	FORNECIMENTO DE REFEICAO, COM CARDAPIO: 04 TIPOS DE SALADAS (TOMATE, REPOLHO, CENOURA E BETERRABA COZIDAS), ARROZ BRANCO, FRANGO ASSADO (COXA E SOBRECOXA), CARNE DE PORCO ASSADA EM PEDACOS, LASANHA DE TRES SABORES, 01 COPO DE REFRIGERANTE DE 500ML E 01 PICOLE DE FRUTAS, INCLUINDO NO SERVICO O FORNECIMENTO DE PRATOS, TALHERES, GUARDANAPOS E COPOS DESCARTAVEIS	19,00	19.000,00

CLAUSULA SEGUNDA - PREÇO

Pelo preparo e fornecimento dos almoços a **CONTRATADA** receberá do **CONTRATANTE** o valor de R\$ 19,00 (dezenove reais) por almoço, totalizando a quantia estimada de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), daqui por diante denominado "valor contratual".

Parágrafo primeiro: O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente Contrato correrá por conta exclusiva da **CONTRATADA**, desde o início dos serviços até a data final da vigência do contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

Parágrafo primeiro: O pagamento, contratado em REAL, na forma da Cláusula Segunda, será efetuado à **CONTRATADA** pela **TESOURARIA** do **CONTRATANTE**, conforme Dotação Orçamentária e mediante o faturamento dos produtos / serviços.

Parágrafo segundo: As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas por recursos da Dotação Orçamentária discriminada a seguir:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
06/03	FUMAS	06.003.08.244.0023.2.078	3.3.90.30.07.99	934	2981

Parágrafo terceiro: Pelo integral e satisfatório recebimento dos produtos / serviços, a **CONTRATADA** receberá do **CONTRATANTE** o valor referente aos produtos / serviços entregues.



Parágrafo quarto: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

“6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.1. **destinadas à Administração Pública** direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios;**

6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3. de comércio exterior.”

Parágrafo quinto: Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

Parágrafo sexto: O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a apresentação da nota fiscal eletrônica no CONTRATANTE, desde que devidamente atestadas e aprovadas, deduzidas glosas e/ou notas de débito.

Parágrafo sétimo: No caso de ser constatadas irregularidades na documentação apresentada, o CONTRATANTE devolverá a fatura à CONTRATADA para as devidas correções. Ocorrendo esta hipótese, a documentação (fatura) será considerada como não apresentada, para efeito de atendimento às condições contratuais.

Parágrafo oitavo: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços em real estabelecidos na proposta, os quais incluem todos os custos necessários à perfeita execução do contrato, englobando, mas não se limitando às despesas com seguros, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas e demais tributos incidentes sobre os serviços.

Parágrafo nono: Sobre os valores faturados não incidirá nenhum reajuste adicional em razão do prazo de pagamento das faturas.

Parágrafo décimo: Os pagamentos serão efetuados através da Tesouraria do CONTRATANTE, diretamente na conta corrente bancária em nome do fornecedor, não sendo admitida outra forma de pagamento.

Parágrafo décimo primeiro: Caso nas datas estipuladas para pagamento não tenha expediente na Prefeitura, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil que se seguir.

Parágrafo décimo segundo: Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

CLAUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E DOS LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Parágrafo primeiro: O objeto desta licitação constante do Item nº 01 (almoços) deverão ser fornecidos em local a ser definido pelo Departamento de Promoção Humana, em evento de encontro do Dia Internacional da Mulher 2016, que será realizado no dia 12 de março de 2016.

Parágrafo segundo: As quantidades de almoços descritas no Termo de Referência (Anexo I) do edital, são apenas estimativas, não obrigando o município a contratar a totalidade dos mesmos. Sendo que, o número exato de almoços que deverão ser servidos será repassado pelo Departamento de Promoção Humana até as 12:00 (doze) horas do dia 10/03/2016.

Parágrafo terceiro: E ainda, a empresa contratada terá que:

3.1. Dispor de no mínimo 03 (três) buffets para servir os almoços;

3.2. Dispor de pessoal suficiente para:

- a) fazer a reposição dos buffets;
- b) servir o almoço;
- c) recolher os vales;
- d) servir o refrigerante;
- e) servir os picolés.



3.3. O pessoal designado para preparar e para servir os almoços deverá estar devidamente uniformizados com aventais, tocas e luvas e deverá atender a todas as normas de higiene.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

- I - garantir o fornecimento dos produtos / serviços, após a assinatura do presente contrato;
- II - assumir a responsabilidade por todas as despesas decorrentes dos produtos / serviços fornecidos;
- III - assumir a total responsabilidade pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratual;
- IV - responsabilizar-se pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e prepostos na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- V - conduzir a execução com estrita observância dos padrões reconhecidos de auditoria e de conformidade com os dispositivos legais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- I - efetuar pontualmente o pagamento dos valores devidos;
- II - fornecer, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos;

CLAUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

Fica expresso que a fiscalização da execução deste Contrato será exercida pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo primeiro: Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante ao MUNICÍPIO ou terceiros, todos os serviços contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos trabalhos, por pessoas devidamente credenciadas pelo CONTRATANTE.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.

Parágrafo terceiro: A ação fiscalizadora será exercida de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, as condições, qualidades e especificações previstas no Contrato, que a CONTRATADA declara conhecer nos seus expressos termos.

CLAUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO E MULTAS

Parágrafo primeiro: No caso de inexecução do Contrato ou inadimplemento de qualquer cláusula, ficará a CONTRATADA sujeita as sanções previstas na Lei nº 8666/93 e às seguintes penalidades:

I - Se a CONTRATADA recusar a cumprir os termos definidos na licitação e neste contrato, ou ainda, por qualquer motivo, o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, serão aplicadas às penalidades seguintes, facultada a defesa prévia do interessado, independente de outras previstas em lei:

a) DAS MULTAS:

a1 - De Mora: 1% (um por cento) por dia, sobre a parcela recebida com atraso:

a2 - Compensatória, sendo:

- em caso de inadimplência total 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- no caso de inadimplência parcial 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida.
- no caso de parcela entregue com atraso 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela.

b) Advertência;

c) Suspensão do direito de licitar, junto a Administração Pública, de acordo com o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, com as alterações posteriores,



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com o inciso IV e Parágrafo 3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, com as alterações posteriores.

Parágrafo segundo: as sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Parágrafo terceiro: Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha do licitante na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Parágrafo quarto: Os valores respectivos correspondentes a aplicação da alínea "a" que serão cumulativos, serão descontados do crédito decorrente do contrato objeto desta licitação, garantindo-se o direito a recurso na forma do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA NONA - SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer quantia devida a CONTRATADA, sempre que ocorrer circunstância que coloque em risco a realização dos objetivos do presente Contrato e bem assim no caso da CONTRATADA se recusar ou dificultar à CONTRATANTE, a livre fiscalização dos serviços, na forma prevista na Cláusula Sétima, ou ainda no caso de paralisação dos mesmos.

CLAUSULA DECIMA - RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste Contrato;
- d) e os demais mencionados no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

Parágrafo segundo: Atendido o interesse público e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento compatível a CONTRATADA:

- a) dos serviços corretamente executados.
- b) de outras parcelas, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo terceiro: No caso do CONTRATANTE precisar recorrer à via judicial para rescindir o presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente Contrato se aplicam as seguintes disposições gerais.

- a) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 23 de fevereiro de 2016.

.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

.....
Mauro Sergio da Silva
Mauro S. da Silva Eireli ME
CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....



MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Secretaria de Administração e Finanças
Divisão de Fiscalização e Tributação

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

De acordo com os artigos 293, 294, 295, 1.º alínea "b" e "c", II e 296 da Lei Complementar nº 001/98 - Código Tributário Municipal (CTM), NOTIFICAMOS as empresas abaixo relacionadas do lançamento dos valores apurados em Procedimento Administrativo Fiscal correspondente ao descumprimento de obrigação acessória e/ou Inobservância de Qualquer Natureza, bem como, das penalidades previstas na mesma Lei.

NOME / RAZÃO SOCIAL	CADASTRO MUNICIPAL	CPF OU CNPJ
FLORENÇA DESIGN STUDIO LTDA	284949-0	13.529.676/0001-19

Respeitando o prazo previsto no artigo 371 da Lei Complementar nº 001/98 para impugnação ao lançamento, os débitos serão inscritos em dívida ativa nos termos do artigo 344. Após este período, em cumprimento à legislação vigente, as penalidades serão encaminhadas para cobrança judicial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Notificamos os contribuintes abaixo identificados que estão em débito com a Fazenda Pública do município de Pato Branco. De acordo com o disposto no art. 344, 345 e 350 parágrafo 2º da Lei Complementar nº 001/98, (Código Tributário Municipal), em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Código Tributário Nacional e os demais dispositivos legais, aplicáveis a espécie, fica Vossa Senhoria, NOTIFICADO (A) a regularizar pendências tributárias, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta, no setor de Tributação do Município de Pato Branco, podendo ainda, ser adotado o disposto na Lei Municipal nº 2.444/2005, a fim de solucionar as administrativamente. Após este período, referidas pendências deverão ser encaminhadas para que se adotem as medidas judiciais adequadas, em cumprimento ao disposto na legislação vigente. Caso Vossa Senhoria já tenha regularizado as pendências junto ao Município de Pato Branco, solicita-se seu comparecimento junto ao Setor de Tributação municipal dos comprovantes de pagamento para regularização da situação das pendências.

NOME / RAZÃO SOCIAL	CADASTRO MUNICIPAL	CPF OU CNPJ
FLORENÇA DESIGN STUDIO LTDA	284949-0	13.529.676/0001-19

Pato Branco, 24 de fevereiro de 2016.
Eliane Del Sant
Chefe da Divisão de Tributação/Fiscalização e Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O contribuinte abaixo relacionado INTIMADO para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a documentação relativa ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), atendendo o disposto no Código Tributário Municipal, Lei Complementar 001/98, art. 42, sob pena de expiação o prazo, conforme disposto no art. 32 e 34, os valores em aberto serem abatidos, inscritos em dívida ativa e encaminhados para cobrança judicial, além de sofrer as sanções previstas no Art. 65, inciso II, alínea "a", "Das Outras Infrações".

NOME / RAZÃO SOCIAL	CADASTRO MUNICIPAL	CPF OU CNPJ	DOCUMENTOS FISCAIS
OSMAR CALDATTO ME	273431-0	11.246.701/0001-21	Notas fiscais série F (lançamento numeração 001 a 150 (AIDF 20102063))

Pato Branco, Paraná, 24 de fevereiro de 2016.
Fernanda Lar Zucconi M. da Silva
Fiscal de Tributos

www.pato-branco.pr.gov.br

Divisão de Fiscalização e Tributação 40 3229.1538 3220.1577 Fax: 40329.1844 Pato Branco - PR
Rua Caravello, 276, Centro - CEP: 85.500-000 - 48 3229.1844 - Pato Branco - PR

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS - PR

Lei nº 4.245 de 15/07/1940 CNPJ - 71.774.669/0001-45
Rua São, 1836 - Fone: 46.3124.1155 - E-mail: camara@maripolis.pr.gov.br
85215-000 - Maripolis - PR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016
Processo nº 4/2016

OBJETO: Inscrição de Agente Político do Legislativo Municipal de Maripolis em curso de capacitação e aperfeiçoamento, tendo como temas "OS SAÍTIOS JURÍDICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIANTE DA CONJUNTURA ATUAL" e "ABERTURA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016", a serem ministrados nos dias 23 a 26 de fevereiro de 2016 na cidade de Curitiba - PR.

2. EXECUTOR/FORNECEDOR: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA - ME, inscrito no CNPJ nº 12.137.995/0001-16.

3. VALOR TOTAL: R\$ 700,00 (Setecentos Reais).

4. PRAZO DE EXECUÇÃO: A execução do serviço dar-se-á nos dias 23, 24, 25 e 26 de Fevereiro de 2016.

5. BASE LEGAL: O presente processo de Inexigibilidade de Licitação tem fulcro no inciso II do artigo 25 e inciso VI do artigo 13 da Lei Federal nº 8666/93.

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Por se tratar de processo de Inexigibilidade de Licitação e considerando a natureza dos serviços a serem prestados, o valor decorrente do presente processo está em conformidade com as determinações e limites da Lei Federal nº 8.666/93.

7. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: O fornecedor possui capacitação técnica para prestar serviços de qualificação, capacitação e treinamento profissionais ligados à Área da Gestão Pública.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O pagamento decorrente do presente processo correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 0101.01031.0101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas - 3.3.30.39.05.00(10) SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS.

Maripolis, em 23 de Fevereiro de 2016.

PEDRO VIEIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL - PORTAL DO PINHAO
PLANO DE AÇÃO 2016

I - ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA: 01 - SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
OBJETIVO: Coordenar e assessorar as atividades administrativas, do Consórcio Público Intermunicipal PORTAL DO PINHAO, em relação ao Planejamento, organização, controle interno, contabilidade, tesouraria, compras, recursos humanos, divulgação, patrimônio e demais atividades afins relacionadas ao Consórcio.

AÇÕES	Unidade de medida/produto	Meta	Valor
01 - Manutenção da Unidade Administrativa	Unidade	01	51.580,00
- Manutenção da unidade no que concerne ao planejamento, assessoria e execução das atividades administrativas do consórcio, controle interno, contabilidade, tesouraria, recursos humanos, compras, licitações e contratos, divulgação de atos oficiais, prestações de contas, controle do patrimônio, conservação e demais atividades afins de responsabilidade do Consórcio.			
- Adquirir Mobiliários e equipamentos.			

II - TRANSPORTE

PROGRAMA: 02 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

OBJETIVO: Assegurar a conservação das estradas vicinais no interior dos municípios compreendidos através de realocação adequada, facilitando com isso o tráfico da população da área rural e principalmente o escoamento da produção agropecuária. Adquirir equipamentos, veículos e demais equipamentos visando atender ao departamento, condições necessárias para o atendimento de caráter variável rural.

AÇÕES	Unidade de medida/produto	Meta	Valor
01 - Conservação de Estradas Municipais	Municípios	06	133.660,00
- Manter as despesas com pessoal e encargos, aquisição de consumíveis, ferramentas, desenvolvimento e realizar todas as atividades necessárias para o desenvolvimento das ações voltadas ao cumprimento dos objetivos relacionados aos interesses dos municípios compreendidos, especificamente no melhoramento e conservação das estradas do setor viário rural.			
- Adquirir maquinário, veículos e demais equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações e atendimento aos objetivos do consórcio.			

III - OPERAÇÕES ESPECIAIS

PROGRAMA: 06 - OPERAÇÕES ESPECIAIS

OBJETIVO: Assegurar o cumprimento das obrigações a cargo do Consórcio em atendimento à legislação pertinente.

AÇÕES	Unidade de medida/produto	Meta	Valor
01 - Precatórios Judiciais	Precatórios		220,00

IV - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PROGRAMA: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: Fonte de recurso que será utilizada para abertura de créditos adicionais e para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

AÇÕES	Unidade de medida/produto	Meta	Valor
01 - Reserva de contingência	Unidade		680,00
- Fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da lei complementar nº 101/2000.			

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

RECEITAS CORRENTES			VALOR
CODIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	
1325.02.99.03	001	RENDIMENTO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS/RECURSOS PRÓPRIOS	9.690,00
1723.37.01	001	TRANSF. MUNICÍPIO BOM SUCESSO DO SUL	26.620,00
1723.37.02	001	TRANSF. MUNICÍPIO CLEVELÂNDIA	26.620,00
1723.37.03	001	TRANSF. MUNICÍPIO MARIÓPOLIS	26.620,00
1723.37.04	001	TRANSF. MUNICÍPIO PATO BRANCO	26.620,00
1723.37.05	001	TRANSF. MUNICÍPIO PALMAS	26.620,00
1723.37.06	001	TRANSF. MUNICÍPIO VITORINO	26.620,00
1890.96.99.99	001	RECEITAS DIVERSAS(RECURSOS PRÓPRIOS)	2.420,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES			171.820,00

RECEITAS DE CAPITAL			VALOR
CODIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	
2423.99.01	001	TRANSF. MUNICÍPIO BOM SUCESSO DO SUL	2.420,00
2423.99.02	001	TRANSF. MUNICÍPIO CLEVELÂNDIA	2.420,00
2423.99.03	001	TRANSF. MUNICÍPIO MARIÓPOLIS	2.420,00
2423.99.04	001	TRANSF. MUNICÍPIO PATO BRANCO	2.420,00
2423.99.05	001	TRANSF. MUNICÍPIO PALMAS	2.420,00
2423.99.06	001	TRANSF. MUNICÍPIO VITORINO	2.420,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL			14.520,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS			186.340,00

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

ORGÃO: 01 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			
UNIDADE: 01 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Categoria	Fonte	Descrição	Valor
3.0.00.00.00	001	DESPESAS CORRENTES	46.740,00
3.1.00.00.00	001	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.600,00
3.1.90.00.00	001	APLICAÇÕES DIRETAS	5.600,00
3.1.90.11.00	001	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	1.388,00
3.1.90.30.00	001	OBRIG. PATRONAIS	1.800,00
3.3.00.00.00	001	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.140,00
3.3.90.00.00	001	APLICAÇÕES DIRETAS	40.140,00
3.3.90.30.00	001	Material de Consumo	1.800,00
3.3.90.36.00	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.300,00
3.3.90.39.00	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	35.440,00
4.0.00.00.00	001	DESPESAS DE CAPITAL	4.840,00
4.4.00.00.00	001	INVESTIMENTOS	4.840,00
4.4.90.52.00	001	Equipamentos e Material permanente	4.840,00
01.01.28.848.0006.0.001	001	Precatórios Judiciais	220,00
3.0.00.00.00	001	DESPESAS CORRENTES	220,00
3.3.00.00.00	001	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	220,00
3.3.90.00.00	001	APLICAÇÕES DIRETAS	220,00
3.3.90.39.00	001	Serviços Jurídicos	220,00
01.01.99.999.0099.2.002	001	Reserva de Contingência	680,00

9.9.99.99.99	001	Reserva de Contingência	880,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS			52.640,00

ÓRGÃO: 02 - DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO VIÁRIO			
UNIDADE: 01 - SEÇÃO VIÁRIA MUNICIPAL RURAL			
02.01 - 26.782.0002.2.003 - Conservação de Estradas Municipais			
3.0.00.00.00	001	DESPESAS CORRENTES	123.980,00
3.1.00.00.00	001	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.000,00
3.1.90.00.00	001	APLICAÇÕES DIRETAS	32.000,00
3.1.90.11.00	001	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	32.000,00
3.1.90.30.00	001	Obrigações Patronais	6.000,00
3.3.00.00.00	001	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	83.980,00
3.3.90.00.00	001	APLICAÇÕES DIRETAS	83.980,00
3.3.90.30.00	001	Material de Consumo	42.680,00
3.3.90.36.00	001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.300,00
3.3.90.39.00	001	Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica	38.000,00

4.0.00.00.00	001	DESPESAS DE CAPITAL	9.680,00
4.4.00.00.00	001	INVESTIMENTOS	9.680,00
4.4.90.00.00	001	APLICAÇÕES DIRETAS	9.680,00
4.4.90.52.00	001	Equipamentos e Material permanente	9.680,00
TOTAL DO ÓRGÃO			133.660,00
TOTAL GERAL DA DESPESA			186.340,00

Pato Branco, 30 de setembro de 2015

Augustinho Zucchi
Prefeito de Pato Branco

Hilário Andrachno
Prefeito de Palmas

Antonio Celso Pilonetto
Prefeito de Bom Sucesso do Sul

Mário Eduardo Lopes Paulek
Prefeito de Maripolis

Álvoro Felipe Valério
Prefeito de Clevelândia

Juarez Vosti
Prefeito de Vitorino

MUNICÍPIO DE CORONEL VIDUA - PR

Contrato nº 06/2016 - Pregão Presencial nº 12/2016 - Contratante: Município de Coronel Vidua. Contratada: MAURO S. DA SILVA EIRELI ME, CNPJ nº 22.500.598/0001-10. Objeto: preparação e fornecimento de almoços para o dia internacional da mulher 2016, a ser realizado no dia 12 de março de 2016. Valor total estimado R\$ 19.000,00. Coronel Vidua, 23 de fevereiro de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 7.886, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Altera o artigo 1º do Decreto nº 7.886, de 19 de fevereiro de 2016, que convoca a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades. O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Estadual nº 6.231, de 16 de outubro de 2012 a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades, e a Resolução Normativa nº 008/2015, do Conselho Estadual das Cidades,

D E C R E T A:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 7.886, de 19 de fevereiro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 2 de junho de 2016, das 13h30min às 18h00, sob a coordenação de Emerson Carlos Michellin.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 23 de fevereiro de 2016.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

Portal do Sudoeste

DECRETO Nº. 0161/2016

SUMÚLA: Nomeia membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério - Fundeb
ÁLVORO FELIPE VALÉRIO, Prefeito de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Nomear Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério - Fundeb. Biênio: 2016, com os seguintes membros:

Representante do Poder Executivo Municipal
Titular: PAULO ROBERTO LINDNER

Suplente: THOMAZ HENRIQUE LOYOLA
Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes

Titular: MARGARETE PASIN BERTÓGLIO
Suplente: ROSICLEIA RAMOS

Representante dos Professores da Educação Básica Pública
Titular: DELAIR SONZA DA SILVA

Suplente: SUZANA DE LOURDES CROSETTA
Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: ZILBETE RIZZO DA CRUZ
Suplente: CRISTIANE ANDRIOLA

Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas
Titular: ODILEIA LURDES DIAS SOARES

Suplente: MARILETE FRANCESCCHI FAVORETTO
Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: THALITA B. DE JESUS
Suplente: RUDINEI CASSIANO SANTOS

Titular: DAYSI REGIANE PRESTES LIMA
Suplente: ELIZABETE RONCATTO SILVESTRE

Representante dos Estudantes da Educação Básica Secundarista
Titular: BRUNA EDUARDA FLIZKOSWIKI DA CRUZ

Suplente: VALERIA ALTENRATH FREITAS
Representante dos pais de Estudantes da Educação Básica Secundarista

Titular: SONIA ALTENRATH
Suplente: LUCIANA FLIZKOSWIKI

Representante do Conselho Tutelar
Titular: LILIAN MARCONDES ARAÚJO

Suplente: CHEILA CRISTINA DO PRADO

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 063/2014 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CLEVELÂNDIA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

ÁLVORO FELIPE VALÉRIO

Prefeito de Clevelândia

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná - DIOEMS



Quarta-Feira, 24 de Fevereiro de 2016

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano V - Edição Nº 1048

PORTARIA Nº. 024/2016

ÁLVARO FELIPE VALÉRIO, Prefeito de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE:

Art. 1º Designar a funcionária GLEISMERY CARNEIRO FLORES para desdobrar seu padrão como secretária na Escola Municipal Antonio Marcelino Pontes a partir de 22 de fevereiro de 2016 a 20 de dezembro de 2016 percebendo salário inicial da classe conforme dispõe o art. 14 da Lei 2.214/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário
GABINETE DO PREFEITO DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016
Alvaro Felipe VALÉRIO
Prefeito de Clevelândia

CORONEL VÍVIDA

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

DATA: 01/02/16 ABERTURA: 17/02/16 HORÁRIO: 09:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER 2016 A SER REALIZADO DIA 12 DE MARÇO DE 2016 conforme discriminado no objeto do presente edital analisados todos os atos referentes ao Pregão Presencial nº 12/2016 HOMOLOGO o item a seguir ao licitante vencedor:

ITEM	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	MAURO S. DA SILVA EIRELI ME	22.530.598/0001-10	19,00	19.000,00

Nas condições de sua proposta e do edital. Valor total estimado da licitação é de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais). Coronel Vivida, 17 de fevereiro de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

DATA: 03/02/16 ABERTURA: 19/02/16 HORÁRIO: 09:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UM CONJUNTO COLETOR DE RECICLÁVEIS CONSTITUÍDO DE UM CAMINHÃO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE PBT DE 8.000 KG E COM COLETOR SOBRE O CHASSI, DESTINADO AO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO RECICLÁVEL NOS TERMOS DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E O INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ conforme discriminado no objeto do presente edital. Analisados todos os atos referentes ao Pregão Presencial nº 13/2016 HOMOLOGO o item a seguir ao licitante vencedor:

ITEM	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CAVEL VEICULOS LTDA	34.233.433/0001-46	225.000,00	225.000,00

Nas condições de sua proposta e do edital. Valor total da licitação é de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais). Coronel Vivida, 19 de fevereiro de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

DATA: 04/02/16 ABERTURA: 22/02/16 HORÁRIO: 09:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BOMBA INJETORA NOVA DA PA CARREGADEIRA CATERPILLAR 924H ANO 2009 conforme discriminado no objeto do presente edital. Analisados todos os atos referentes ao Pregão Presencial nº 14/2016. HOMOLOGO o item a seguir ao licitante vencedor:

ITEM	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	PARANA EQUIPAMENTOS S/A	13.657.261/0009-00	16.700,00	16.700,00

Nas condições de sua proposta e do edital. Valor total da licitação é de R\$ 16.700,00 (dezesseis mil e setecentos reais). Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Aditivo nº 02 ao Contrato nº 20/2015

Pregão Presencial nº 10/2015 - Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: F. ELLER SILVA EIRELI-ME. CNPJ nº 21.730.754/0001-77. De comum acordo entre as partes, fica prorrogado o prazo de prestação de serviços por mais 12 meses, de 25/02/2016 a 24/02/2017. Fica reajustado o valor mensal pelo INPC, passando a ser de R\$ 14.697,25 totalizando para este aditamento a quantia de R\$ 176.367,00. O valor atualizado do contrato passa a ser de R\$ 334.615,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Termo de Rescisão Unilateral e Parcial a Ata de Registro de Preços nº 02/2015 - Pregão Presencial nº 61/2015 onde firmam, de um lado, o Município de Coronel Vivida e do outro, a empresa MANASSES GONCALVES DE MENEZES, inscrita no CNPJ nº 22.648.947/0001-46. Considerando a carta de desistência protocolada em 19/11/2015 a qual solicita a desistência do LOTE 13, Item 01: mão-de-obra para reparos e alinhamento de meio fio de concreto e de pedra e Item 02: mão-de-obra para reparo de calçamentos em diversas ruas do perímetro urbano e rural. Considerando a carta de desistência protocolada em 12/01/2016 a qual solicita a desistência do LOTE 16, Item 01: mão-de-obra para serviços de eletricitista. Considerando que a DETENTORA não estava executando os serviços dos referidos. RESOLVE: Rescindir por ato unilateral e parcial os lotes 13 e 16 da ata de registro de preços nº 92/2015 de 06/08/2015, a partir de 22/02/2016. Coronel Vivida, 22 de fevereiro de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Em cumprimento ao artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20/03/97, notificamos aos PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS DE EMPREGADORES, SINDICATOS DE TRABALHADORES, ENTIDADES EMPRESARIAIS, DEMAIS ENTIDADES, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E MUNICÍPIOS de Coronel Vivida, o recebimento de recursos do Governo Federal a seguir discriminados:

ORGÃO REPARADOR	DESTINAÇÃO	DATA	VALOR
MEC/FNDE	Quota parte do salário educação	19/02/16	23.745,42
MEC/FNDE	Recurso Programa Brasil Caminho	23/02/16	11.735,48
MEC/FNDE	Construção de uma quadra esportiva	23/02/16	15.300,00

Coronel Vivida, 23 de fevereiro de 2016
FRANK ARIEL SCHIAVINI - Prefeito Municipal

Contrato nº 05/2016 - Pregão Presencial nº 12/2016 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: MAURO S. DA SILVA EIRELI ME. CNPJ nº 22.500.598/0001-10. Objeto: preparação e fornecimento de almoços para o dia internacional da mulher 2016 a ser realizado no dia 12 de março de 2016. Valor total estimado R\$ 19.000,00. Coronel Vivida, 23 de fevereiro de 2016. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

CRUZEIRO DO IGUAÇU

PREFEITURA

HOMOLOGO E ADJUDICO O PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

Homologo o resultado apresentado pela Comissão de Apoio referente ao Pregão Presencial nº 008/2016 referente à Contratação de Empresa de Transporte Rodoviário de Passageiros para o Transporte Escolar no Município de Cruzeiro do Iguaçu, num total de até 213 dias letivos. Declarando vencedora a empresa: Montanha & Cardim Transportes Ltda Me, vencedora do Lote 01 com uma proposta no valor de R\$ 73.866,40 (setenta e três mil oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos). Portanto, este foi o menor preço aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.
LUIZ ALBERI KASTENER PONTES - PREFEITO

DOIS VIZINHOS

PREFEITURA

DECRETO Nº 12624/2016

Concede Bolsa Auxílio à servidora Micheli Szczepkowski Favero Raul Camilo Isotton, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETO

Art. 1º CONCEDE Bolsa Auxílio no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a servidora MICHELI SZCZEPKOWSKI FAVERO, matrícula funcional nº 13775-1, portadora da Cédula de Identidade nº 9.848.979-7/PR e do CPF/MF nº 059.096.169-09, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada junto à Secretaria de Saúde-Posto de Saúde São Francisco do Bandeira, no período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016, nos termos da legislação vigente.
Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, 55º ano de emancipação.
Raul Camilo Isotton
Prefeito